

CARTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DO LAGO DO MAICÁ

Nós, organizações populares, quilombolas, indígenas, sindicatos, pastorais da Igreja, organizações de Direitos Humanos e movimentos sociais solicitamos ao Ministério Público Federal em Santarém que tome medidas para evitar danos ambientais ao nosso território comum do Lago do Maicá.

Em 12 de setembro de 2019, o MPF expediu recomendação a SEMAS Pará, sobre a suspensão do licenciamento do Terminal de Uso Privado da Atem's Distribuidora de Petróleo na localidade do Lago do Maicá por violação da Convenção nº 169 da OIT. No entanto, as obras continuaram com grandes impactos, que significou o aterramento de parte do Lago.

Assim, como outros riscos futuros:

- Impactos futuros, devido o manuseio de combustível, colocaria em perigo a vida aquática, fauna e a flora de toda região Maicá, que conta com uma única saída (Rio Ituqui) depois de percorrer mais de 15km, que é a extensão do lago.
- Os derrames pequenos de combustível se acumularão comprometendo a qualidade da água do lago e assim a vida sobre tudo aquática.
- Exigir a instalação deste agora barreiras de proteção para evitar que o avanço da água do rio Amazonas ao Lago do Maicá.

Até agora a Atem's já demonstrou que o empreendimento não é de baixo impacto, por prejudicar a qualidade da água que alimenta o Lago. Portanto, no seu licenciamento não pode ser na modalidade simplificada. É importante reconhecer que o Lago é território de mais 10 mil pessoas. Sendo famílias pescadoras, quilombolas, indígenas e tradicionais que são impactadas diretamente. Estando pertíssimo da boca do Lago Maicá, os impactos de um porto de combustível são de alto risco, dado que se dão sempre a acumulação constante de pequenos derrames.

Essa empresa, assim como outras, tenta se beneficiar do Plano Diretor de Santarém que foi aprovado na Câmara de Vereadores sem considerar o texto apresentado na Assembleia de construção do Plano Diretor do município com participação popular. A exemplo da CARGIL que se instalou de forma irregular, a Atem's age com as mesmas práticas.

Além de desconsiderar que a medida legislativa que criou zona portuária alcançando a boca do Lago deveria passar pela consulta prévia, livre e

informada. A aprovação do Plano Diretor foi ato de racismo ambiental que hoje traz problemas concretos para as comunidades locais.

Solicitamos que o MPF tome novas providências sobre o caso, e observe os Protocolos de Consulta construídos pelas comunidades, e, reiteramos a defesa do Lago do Maicá como território comum, importante fonte de renda, o turismo esportivo e internacional, uma área protegida mesmo que não reconhecida por lei, de rica biodiversidade, com grandioso valor arqueológico, um pedaço da Amazônia.

Santarém, 12 de fevereiro de 2020

Associação de Moradores do Bairro Pérola do Maicá

Conselho Munduruku do Planalto Santareno

Conselho Indígena Tapajós Arapim - CITA

Comissão Pastoral dos Pescadores - CPP

Comissão Pastoral da Terra - CPR

Federação das Organizações Quilombolas de Santarém – FOQS

Malungu - Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará

Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém - STTR

Terra de Direitos